

**ATA DA 9º REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA.**

OBJETO: Apresentação da Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 9ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente convida os Srs. Ednei Bueno do Nascimento da EMATER, Presidente da CAT-Passaúna; Sr. José Tadeu W. Motta do IAP; Sr. Fernão Accioly da Secretaria Especial de Assuntos Metropolitanos; Sra. Yára Eisenbach do Centro de Coordenação de Programas de Governo; Sra. Dâmaris da Silva Seraphim, representante do município Curitiba, Sra. Elenize Assumpção, representante de Araucária; Sr. Dulcimar Reinaldin, representante de Campo Largo e o Sr. Alencar Vendrame representante de Almirante Tamandaré para comporem a mesa. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, a Arquiteta Rajindra Kaur Singh do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, inicia a apresentação da Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna. A Dra. Rajindra esclarece sobre a conveniência de que o limite da APA seja igual ao limite da Bacia. O Sr. Paulo Kawahara pergunta quais são os parâmetros aproximados de parcelamento previstos. A Dra. Rajindra Singh esclarece em linhas gerais sobre o parcelamento a ser adotado e que o mesmo será discutido com os municípios envolvidos. Em seguida, o Sr. Paulo Kawahara pede licença aos presentes pois precisa ausentar-se, passando a condução dos trabalhos para o Sr. Gil Polidoro da COMEC. O Sr. Gil Polidoro convida o Sr. Edson Sadao Imoto da NAIPI para sentar-se à mesa, e deixa a palavra liberada. O Sr. Ednei Bueno do Nascimento comenta que o zoneamento deve representar um acordo da sociedade como um todo e que deve ser discutida a diretriz maior da APA, se é preservacionista, conservacionista ou

desenvolvimentista. O Sr. André Virmond Bittencourt da UFPR comenta que deve haver uma política de indução da ocupação pragmaticamente desejada e quais são os mecanismos a serem adotados. A Dra. Rajindra esclarece que é justamente aí que está o problema. Comenta que o zoneamento do Passaúna cumpriu o seu papel, mas há poluição pontual, falta de fiscalização, monitoramento e infra-estruturação. Deve haver fiscalização e uma política para habitação de baixo custo. E sobre a fragmentação do meio biótico, esclarece que deve ser resolvida com compensação econômica-financeira e que é preciso efetuar uma pesquisa de fontes de financiamento para entidades que façam projetos para compensar a desintensificação de usos. A Sra. Zulma Schussel da COMEC comenta que a diretriz para o zoneamento será a soma de soluções preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas, numa visão sustentada. E ainda, que a pressão sobre a área não vai deixar de existir, lembrando que a represa abastece 25% da população e que não podemos deixar de preservá-la. O Sr. André Virmond Bittencourt comenta que ao norte da Bacia existem áreas com risco de erosão e deslizamentos. O Sr. Agenor Zarpelon da SANEPAR esclarece que o grande desafio é conciliar os interesses dos proprietários e dos municípios e que a criação da Agência de Bacia do Alto Iguaçu talvez consiga trazer fontes de recursos. A Sra. Rajindra comenta que há financiamentos para projetos conservacionistas, que não existem financiamentos para particulares e que é necessária a figura de uma associação ou conjunto de proprietários para conseguir financiamentos. Em seguida, a Sra. Yára Eisenbach esclarece que o Programa Paraná Doze Meses é uma fonte de recursos para particulares associados. Esclarece também, que o BNDS tem uma fonte nova para aportar recursos por conta dos recebíveis pela qualidade da água que será testada no Paraná e que o Estado não repassa recursos para particulares. O Sr. Louvanir Menegusso, Prefeito de Campo Magro, comenta que precisa de mais recursos do ICMS, uma vez que a atividade industrial é proibida, que ele precisa fazer relocação de moradores de área de risco e pergunta a quem cabe conseguir verbas para relocação. E ainda que a cultura para extração de lenha hoje não é mais viável e a sugestão dele é de reverter o uso para condomínio de chácaras com uma grande área em comum. O Sr. João Samek da SUDERHSA explica que o ICMS não vai resolver o problema dos municípios, pois pertence a um bolo do Estado e sugere que entre no zoneamento um item financeiro-ambiental. A Dra. Rajindra esclarece que o zoneamento é um dos mecanismos a serem criados. A Sra. Elenize Assumpção comenta que precisa ter uma ação para o controle do crescimento e que não há incentivo para preservação. O Sr. Edson Imoto da NAIPI faz um comentário sobre a preocupação do

Governo do Estado em estender projetos na área de meio ambiente aos municípios da RMC., como o PROSAM e PARANASAN. Com as restrições sugeridas na criação da APA para expansão de loteamentos e instalação de indústrias, que gerariam receitas e empregos ao município, a conclusão é de que dois fatores são substanciais para buscar-se recursos: 1º- a união e organização dos municípios da RMC. e 2º)- a criação de uma entidade que os representem, como por exemplo o COPATI-Consórcio Intermunicipal de Proteção da Bacia do Rio Tibagi. A NAIPI avalia que três são os mecanismos para viabilizar recursos, como medidas compensatórias aos municípios: a)- o ICMS Ecológico; b)- os ROYALTIES, que é a cobrança pelo uso da água; c) – SEQUESTRO CO2- a evolução das pressões ambientais gerou o processo de economia florestal, através do surgimento de uma commodity ambiental. Essa commodity pode ser medida na forma de toneladas de carbono que um ecossistema pode fixar. Toda floresta e vegetação tem o potencial de “seqüestrar” ou fixar o carbono em forma de madeira, este processo está virando moeda de troca. O seqüestro ou sumidouro tem o poder de fazer sumir o carbono que está em excesso na atmosfera e fixá-lo de alguma forma. Exemplo: uma floresta na fase de crescimento pode “seqüestrar” o carbono, e ao final do ciclo, sabemos quanto de carbono existe contido na floresta. Um projeto de seqüestro de gás carbônico está avaliado em US\$ 5,00 a tonelada. Após a regulamentação da Conferência de Kyoto, esse valor deverá subir para até US\$ 200,00 a curto prazo e a commodity poderá ser negociada em bolsa. A Sra. Yára Eisenbach comenta sobre o Fundo Mundial da Preservação do Meio Ambiente que possui um estudo sobre o benefício da água que não precisa ser tratada, qual seria a economia para a SANEPAR, por exemplo. Sugere que a COMEC poderia ser a animadora para a criação de um Consórcio entre os municípios para buscar novos recursos. A Sra. Dâmaris Seraphim questiona sobre o macrozoneamento, qual será a densidade a ser utilizada. A Sra. Rajinindra Singh esclarece que o aumento de densidade acarreta a necessidade de esgotamento sanitário e que pode eutrofizar o lago. O Sr. Gil Polidoro pede ao Sr. Miguel Mansur Aisse, representante da PUC/Pr, que faça um pronunciamento. O Sr. Miguel Aisse esclarece que o adensamento vai gerar esgoto e que devemos ser severos com a questão do esgoto, o ideal é a reversão de bacia. Sugere que seja mantida a redação utilizada nas UTP's e que deve-se ter cuidados com a carga orgânica, fósforo e nitrogênio. No detalhamento dos trabalhos deve-se falar em termos de mata ciliar para a borda do reservatório. Em seguida, o Sr. Alvir Jacob da Prefeitura de Campo Magro sugere uma revisão no ICMS Ecológico e que fosse considerada a distribuição de forma diferenciada para municípios que estão dentro de áreas

que têm zoneamento diferenciado, tendo em vista a qualidade da água, para reversão nas ações sociais. O Sr. João Samek esclarece que isto já é avaliado, há mais de vinte estações de monitoramento, a qualidade e ações são consideradas. A Sra. Rajindra Singh lembra que o ICMS está relacionado com a quantidade de terreno e que Campo Magro é um caso à parte, com 19% do seu território na APA que contém 73% de sua população, isto é incompatível com a preservação. Deve ser adotada uma visão conservacionista e toda a solução para o município não sairá só no Passaúna. O Sr. Ednei do Nascimento questiona como o recurso do ICMS chegaria no município para ser aplicado no meio ambiente. O Sr. João Samek explica que os municípios através de seu orçamento podem definir a aplicação. O Sr. Agenor Zarpelon questiona quanto ao limite legal da APA, pois está preocupado com o limite quando a bacia vai além. A Sra. Zulma Schussel informa que está em discussão a possibilidade para alterar respeitando o limite da bacia, pois trabalhar com o espigão é mais fácil. O Sr. Gil Polidoro informa que a correção será efetuada através de lei. Em seguida, informa que o consultor jurídico da ASSOMECA orientou os Srs. Prefeitos para que se afastassem temporariamente do Conselho Gestor, indicando seus representantes, tendo em vista o período eleitoral, e entrega minuta com a sugestão. A Sra. Zulma Schussel informa que o Decreto Estadual da APA do Iraí está no Palácio do Governo, para ser lançado na Semana do Meio Ambiente. Finalmente, O Sr. Gil Polidoro agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT
Conselheiro

JOÃO DE SOUZA JUNIOR
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK
Conselheiro

AGENOR ZARPELON
Conselheiro

LOUVANIR MENEGUSSO
Conselheiro

NEWTON LUIZ PUPPI
Conselheiro

RIZIO WACHOWICZ

Conselheiro

ANTONIO MANFRON BARROS

Conselheiro

ALVARO LUCIO NUNES

Conselheiro

FRANCISCO BORSARI NETO

Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL

Conselheira